

SUMÁRIO

1. PRINCÍPIOS REGENTES DA PROVA.....	1
1.1 Princípios da prova.....	1
1.1.1 Dignidade da pessoa humana	1
1.1.2 Devido processo legal	2
1.2 Outros princípios processuais penais.....	3
1.2.1 Presunção de inocência	3
1.2.2 Princípios consequenciais da prevalência do interesse do réu (<i>in dubio pro reo, favor rei, favor innocentiae, favor libertatis</i>) e da imunidade à autoacusação	4
1.2.3 Ampla defesa	5
1.2.4 Plenitude de defesa	6
1.2.5 Contraditório	7
1.2.6 Isonomia das partes.....	8
1.2.7 Juiz natural e imparcial, com iniciativa das partes e motivação das decisões.....	8
1.2.8 Vedação das provas ilícitas	10
1.2.8.1 A ilegitimidade da utilização da psicografia como prova no processo penal.....	14
1.2.9 Busca da verdade real	16
1.2.10 Oralidade, concentração, imediatidade e identidade física do juiz.	24

1.2.11	Comunhão da prova.....	25
1.2.12	Persuasão racional.....	25
2.	TEORIA GERAL DA PROVA	27
2.1	Conceito	27
2.2	Sentidos da prova e sua classificação	29
2.3	Finalidade e objeto da prova.....	33
2.4	Sistemas de avaliação da prova.....	34
2.4.1	Disciplina legal: art. 155, CPP	35
2.4.2	Persuasão racional.....	36
2.4.3	Restrições à prova.....	40
2.5	Meios de prova.....	41
2.5.1	Critério geral para a prova emprestada	42
2.5.2	Produção de provas paralelas à investigação policial	43
2.6	Ônus da prova.....	44
2.6.1	Disciplina legal: art. 156, <i>caput</i> , CPP	49
2.6.2	Aspectos específicos: revisão criminal, execução penal, <i>habeas corpus</i>	50
2.7	Sistema inquisitivo-acusatório	51
2.7.1	Poder instrutório do juiz e disciplina legal: art. 156, II, CPP	53
2.8	Produção antecipada de provas	55
2.8.1	Disciplina legal: art. 156, I, CPP	56
2.8.2	Requisitos da produção antecipada de provas.....	57
2.9	Provas ilícitas	60
2.9.1	Disciplina legal: art. 157, <i>caput</i> , CPP	61
2.9.2	Prova ilícita por derivação.....	63
2.9.3	Disciplina legal: art. 157, § 1.º, CPP	67
2.9.4	Fonte independente.....	68
2.9.5	Disciplina legal: art. 157, § 2.º, CPP	69
2.9.6	Procedimento para apurar a ilicitude da prova	69
2.9.7	Disciplina legal: art. 157, § 3.º, CPP	70
2.9.8	Disciplina legal: art. 157, § 5.º, CPP	71
3.	PROVA DA EXISTÊNCIA DA INFRAÇÃO PENAL.....	73
3.1	Conceito	73
3.2	Natureza jurídica	74
3.3	Meios de prova da existência do crime e disciplina legal.....	74

3.4	Corpo de delito indireto e disciplina legal	77
3.5	Corpo de delito e indícios.....	80
4.	PROVA PERICIAL	83
4.1	Conceito	83
4.1.1	Exame de corpo de delito.....	83
4.2	Meios de produção da perícia: exame de corpo de delito direto e indireto.....	84
4.3	Disciplina legal: art. 158, CPP	85
4.3.1	A perícia e a arma de fogo.....	85
4.3.2	Cadeia de custódia e disciplina legal: arts. 158-A a 158-F, CPP.....	87
4.4	Formalidades gerais	90
4.4.1	Disciplina legal: art. 159, <i>caput</i> , CPP	91
4.4.2	Disciplina legal: art. 159, §§ 1.º e 2.º, CPP	92
4.4.3	Disciplina legal: art. 159, §§ 3.º e 4.º, CPP	93
4.4.4	Disciplina legal: art. 159, §§ 5.º, 6.º e 7.º, CPP.....	94
4.4.5	Disciplina legal: art. 160, CPP	95
4.4.6	Disciplina legal: art. 177, CPP	97
4.4.7	Disciplina legal: art. 180, CPP	97
4.4.8	Disciplina legal: arts. 181 e 184, CPP.....	98
4.4.9	Disciplina legal: art. 182, CPP	99
4.5	Autópsia	101
4.6	Lesões corporais	102
4.7	Local do crime	104
4.8	Laboratório	105
4.9	Destruição ou rompimento de obstáculo e escalada	105
4.10	Avaliação	106
4.11	Incêndio.....	107
4.12	Reconhecimento de escritos.....	108
4.13	Instrumentos do crime	108
4.14	Crimes sexuais	109
5.	ACUSADO.....	111
5.1	O acusado na persecução penal	111
5.2	Colaboração como meio de defesa	112
5.3	Interrogatório	113
5.3.1	Conceito, natureza jurídica e interligação com confissão e direito ao silêncio.....	113

5.3.2	O interrogatório e a confissão no Tribunal do Júri.....	127
5.3.3	Momento e lugar do interrogatório	130
5.3.3.1	O interrogatório por videoconferência e disciplina legal... ..	130
5.3.4	O procedimento do interrogante e a intervenção das partes	137
5.3.4.1	A postura do interrogante	143
5.3.5	Disciplina legal: art. 187, CPP	145
5.3.6	Disciplina legal: arts. 189, 190 e 196, CPP	147
5.4	Confissão.....	150
5.4.1	Conceito e natureza jurídica.....	150
5.4.2	Objeto da confissão	157
5.4.3	Espécies de confissão	158
5.4.4	Fundamentos da confissão	161
5.4.5	Requisitos para a validade da confissão judicial.....	175
5.4.6	Meios de extração da confissão	181
5.4.7	Retratibilidade da confissão	186
5.4.8	Divisibilidade da confissão.....	188
5.4.9	Avaliação da confissão judicial	191
5.4.10	Avaliação da confissão extrajudicial.....	195
5.5	Delação.....	204
6.	OFENDIDO.....	209
6.1	Conceito	209
6.2	Atuação no processo penal.....	209
6.3	Valoração da palavra da vítima	211
6.3.1	Declaração de vítima criança	212
6.3.2	Respeito à vítima.....	215
6.4	Comparecimento em juízo e ordem de inquirição	218
6.5	Direito de livre versão acerca dos fatos.....	221
6.6	Comunicações dos atos processuais.....	222
6.7	Apoio ao ofendido.....	223
6.8	Preservação da intimidade	223
7.	PROVA TESTEMUNHAL.....	225
7.1	Conceito e natureza jurídica	225
7.2	Classificação das testemunhas	226
7.2.1	Testemunhas de <i>ouvir dizer</i>	227
7.2.2	Testemunhas sem rosto.....	229

7.2.3	Valoração do depoimento e <i>falsas memórias</i>	230
7.2.4	Declarações de crianças.....	232
7.2.5	Respeito à testemunha.....	234
7.3	Compromisso da verdade, isenção e proibição para depor.....	234
7.3.1	Depoimento de policial.....	240
7.4	Formalidades do depoimento.....	242
7.4.1	Ordem de inquirição de testemunhas.....	248
7.4.2	Falso testemunho.....	256
7.4.3	Contradita.....	258
7.4.4	Presença do réu.....	258
7.4.5	Condução coercitiva.....	260
7.4.6	Precatória e rogatória.....	262
7.4.7	Suspensão do processo e inquirição de testemunhas.....	263
7.5	Disciplina legal: art. 209, CPP.....	266
8.	RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS	271
8.1	Conceito e natureza jurídica.....	271
8.2	Formalidades e disciplina legal.....	271
8.2.1	Reconhecimento informal.....	272
8.2.2	Reconhecimento fotográfico e por meio de vídeo de vigilância.....	277
8.2.3	Reconhecimento por videoconferência.....	280
8.2.4	Obrigatoriedade de participação do acusado.....	281
8.3	Reconhecimento de coisa e disciplina legal.....	283
9.	ACAREAÇÃO	285
9.1	Conceito e natureza jurídica.....	285
9.2	Admissibilidade da acareação.....	286
9.3	Objeto da acareação.....	287
9.4	Procedimento.....	288
9.5	Acareação à distância.....	289
10.	PROVA DOCUMENTAL	291
10.1	Conceito e natureza jurídica.....	291
10.2	Formalidades e disciplina legal.....	293
10.2.1	Instrução paralela.....	297
10.3	Preservação da intimidade.....	298

10.3.1	Filmagem e outras gravações	299
10.4	Disciplina legal: art. 234, CPP	299
10.5	Prova emprestada	300
10.6	Gravação de depoimentos e de interceptação telefônica.....	301
10.7	Prova por meio digital.....	301
11.	PROVA INDICIÁRIA	305
11.1	Conceito, natureza jurídica e disciplina legal	305
11.2	Valor probatório dos indícios.....	307
11.3	Indício e presunção	308
11.4	Contraindícios.....	309
11.5	Materialidade formada por indícios.....	309
11.6	Autoria formada por indícios.....	310
12.	BUSCA E APREENSÃO	313
12.1	Conceito de busca e natureza jurídica	313
12.2	Conceito de apreensão e natureza jurídica	313
12.3	Atuação conjunta ou isolada	314
12.4	Finalidades.....	314
12.5	Busca domiciliar e busca pessoal (a questão do celular)	317
12.6	Formalidades	321
12.6.1	Encontro fortuito de provas	326
12.7	Disciplina legal: art. 242, CPP	327
12.8	Horários das buscas.....	327
12.9	Desvio de finalidade.....	328
12.10	Agentes de realização da busca e apreensão.....	329
13.	PROVAS E AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO	331
13.1	<i>Habeas corpus</i>	331
13.2	Revisão criminal.....	333
13.3	Mandado de segurança.....	334
14.	PROVAS E TRIBUNAL DO JÚRI	337
14.1	As fases do procedimento do júri.....	337
14.2	A base probatória da pronúncia.....	338

15. PROVAS E NULIDADES	341
15.1 Nulidades	341
15.2 Prova do prejuízo.....	342
BIBLIOGRAFIA	347
OBRAS DO AUTOR	357